

RACIALIZAÇÃO E REPRESSÃO: O IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO EM PELOTAS/RS (1888).

ALISSON BARCELLOS BALHEGO¹;
JONAS MOREIRA VARGAS³

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – alissonbarcellos@hotmail.com 1

³Universidade Federal de Pelotas – jonasmvargas@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo apresentar uma breve análise sobre algumas notícias de um periódico da imprensa pelotense do ano de 1888, para observar aspectos daquele cotidiano e representações noticiadas que tem relação com a condição da população preta e parda, livre e liberta, após a abolição da escravidão. Sendo assim, trabalharemos por intermédio de publicações feitas no jornal Echo do Sul, um periódico de Rio grande e que tinha circulação na cidade de Pelotas/Rs.

A atuação da imprensa escrita estava inserida num sistema de controle e classificação social, fazendo parte de um conjunto de práticas e processos próprios da sociedade do período, que produz e reproduz preconceitos raciais. Nesse contexto, ela não apenas reproduzia o preconceito racial presente na sociedade brasileira do fim do século XIX, como era produtora de estereótipos racializados, contribuindo com a construção de uma visão preconceituosa a respeito da população negra local.

Em Pelotas, assim como em outras localidades do país, o fim da escravidão foi duramente sentido, na Princesa do sul, foi especialmente nas charqueadas. E para aquela organização social era imprescindível a disciplinarização das classes populares para o trabalho e para a noção de progresso, por isso o esforço para tornar as penas mais pesadas, abrangentes e criminalizar a conduta do desocupado, em virtude de a percepção daquele meio social ser de que a pena constituiria uma regeneração moral.

Portanto, após a abolição muitos dispositivos são criados embaixo de uma retórica de progresso e alcance de uma civilidade (SCHWARCZ, 2012). O Código Penal de 1890 é um mecanismo que foi parte importante desse processo, pois comportou normas que visavam a perseguição das camadas populares, em sua grande maioria pretos e pardos libertos. Nele foi criminalizada a chamada “vadiagem” e a capoeira no mesmo tipo penal, dessa maneira especificando o alvo a quem se dirigia o projeto punitivo da República, sob as vestes da correção moral pelo trabalho.

Assim sendo, estereótipos de vagabundagem, alcoolismo, criminalidade, promiscuidade são utilizados dentro desse contexto e também contribuíram para a criminalização dessa população, no sentido de fomentarem uma “necessidade” de controle social e policial sobre os seus corpos.

2. METODOLOGIA

A lida com jornais apresenta diversas possibilidades averiguação como a observação da construção de um estereótipo. Principalmente quando levamos em consideração algumas diretrizes para a formatação dessa investigação. Ou seja,

se atentarmos ao tratamento que era dado pela imprensa pelotense às pessoas pretas e pardas no período imediatamente posterior ao 13 de maio de 1888 ou a forma como era representado o cotidiano dos personagens de cor, fragmentos de histórias de vida, dinâmicas sociais no espaço público, a desigualdade social e racial, indícios de linchamentos raciais, embates vividos e estratégias pensadas pela população negra, formas de inserção no mundo do trabalho livre, dentre outros aspectos do cenário complexo do pós-abolição em Pelotas, dentre outros.

Nesse sentido, Maria Helena Capelato ressalta que a imprensa, pensando aqui o jornal impresso, permite ao historiador compreender muito do percurso realizado pelas pessoas no passado, e pode ser percebida como um espaço em que se representa a realidade vivida. Ela se concebe como resultado de uma série de práticas sociais de determinada época, e aqueles que a produzem formatam imagens da sociedade que serão certamente reproduzidas em outras épocas históricas (CAPELATO, 1994).

Contudo, o texto jornalístico precisa ser explorado de forma crítica para que a pesquisa não seja comprometida, se deixando influenciar pelo discurso exposto na fonte e, acabando por, estabelecer uma análise precipitada, sem crítica e superficial da fonte histórica. A historiografia mudou sua percepção em relação ao uso da imprensa como fonte de pesquisa. Tânia Regina de Luca (2008), explica que na década de 1970, existiam poucos os trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fontes de pesquisa. E aponta que já existia a preocupação de escrever a história da imprensa, mas se resistia em escrever uma história através da imprensa (LUCA, 2008).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 1888, após o 13 de maio, são muitas as matérias que tratam da população de ex-escravizados da localidade. Nesses textos são utilizadas muitas menções a vadiagem, a vagabundagem que tratam essas pessoas como seu principal alvo, o que podemos observar no trecho a seguir de 24 de maio de 1888:

Faz-se desde já sentir a necessidade de medidas repressivas da vagabundagem.

Numerosos libertos vagam pelas ruas da cidade sem encontrarem trabalho em parte alguma. Se isto agora é assim, que dirá quando em junho tiverem de ser despedidas as três quartas partes de negros que trabalham nas charqueadas! (Echo do Sul, 24 de Maio de 1888, p. 1)

A ociosidade, em tese, só poderia ser praticada por quem tivesse como garantir sua sobrevivência, assim para estes o ócio seria uma recompensa pelas horas de trabalho, enquanto para as camadas pobres a realidade é outra. A esse raciocínio precisamos adicionar o conceito de racialização de Wlamyra Albuquerque e compreender que o Brasil é um país racializado, logo o conceito de vadiagem foi utilizado sobretudo para perseguir a população negra que entrava em igualdade jurídica com o resto daquela sociedade:

O conceito de vadiagem se constrói na mente dos parlamentares do fim do Segundo Reinado basicamente a partir de um simples processo de inversão: todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem. Assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem. O ocioso é aquele indivíduo que, negando--se a pagar sua dívida para com a comunidade por meio do trabalho honesto, coloca--se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum (CHALOUN, 2012)

Ainda assim, o processo de racialização na cidade de Pelotas abrange muitos âmbitos, um deles é o deslocamento das pessoas pretas. Ou seja, momentos de “empurrão” que esse conjunto populacional vivenciou vinculados a ocasiões de profundas transformações do espaço urbano. O primeiro deslocamento está relacionado ao início da década de 80 (1881) e é aprofundado após a abolição da escravatura (MOURA, 2006).

E se dá por intermédio da Lei Provincial, número 1717 de 19 de dezembro de 1888 aprovada em um Código de Posturas para a localidade. O texto dessa normativa trata das edificações, do calçamento, das estradas, caminhos e rios navegáveis, aborda a polícia sanitária, a segurança dos habitantes, os jogos proibidos, a aferição e controle de pesos e medidas, as companhias responsáveis pelos serviços públicos e aumentava o controle sobre a organização e a forma da cidade (MOURA, 2006).

Nesse período está em voga uma política de restrição à construção de cortiços em determinadas áreas da cidade e essa proibição foi incluída na lei estabelecendo a primeira área de proibição definida em 1881. Em 1888 a área é aumentada, sendo assim, os limites leste e oeste são indicados pelas ruas Gonçalves Chaves e pelo curso do Arroio Santa Bárbara. Então, estava proibida a construção ou a manutenção de cortiços nas áreas de expansão urbana de cota mais alta e, conseqüentemente, menos suscetíveis a enchentes. O perímetro era indicado pelas ruas Gonçalves Chaves, Santo Antônio, Paysandú e São Domingos, hoje respectivamente Gonçalves Chaves, Senador Mendonça, Barão de Santa Tecla e Benjamin Constant (MOURA, 2006). Ou seja, o perímetro engloba praticamente toda a área urbana de Pelotas, empurrando a população negra para os arrabaldes da cidade.

4. CONCLUSÕES

Na segunda metade do século XIX existe um processo de racialização que transcorre nas relações sociais e que são acentuadas no fim desse século, sobretudo na transição para a República quando a escravidão é extinta. Esse processo afeta diversos âmbitos e também passa por um deslocamento territorial forçado.

Essas ações nos colocam um processo contínuo de racialização das relações sociais que nesse contexto significa traduzir raça como uma noção em construção, que está a mercê de circunstâncias e propósitos políticos diversos, que podem ser ou não antagônicos. Enquanto raça soa como ideia elaborada em circuitos científicos, racializar diz respeito a concepções postas em movimento no dia a dia das decisões administrativas, das páginas dos jornais, da agenda abolicionista, dos estatutos dos principais clubes carnavalescos da época e etc. racialização e racismo não são sinônimos, pois nesse período, a população negra também forjou identidades a partir de um discurso racial (ALBUQUERQUE, 2011).

O racismo, dentro desse processo é a face nociva da racialização. E é usado para referendar ou constituir hierarquias, para assegurar poder e prestígio para determinados indivíduos e grupos. Nesse sentido, o Brasil emancipacionista é o mesmo de outrora, pois tentou preservar a senhoriaidade dos antigos proprietários de escravizados, recriando distinções entre os brancos e a população negra (ALBUQUERQUE, 2011).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. 2010. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social** (UNICAMP), 19:91-108.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOURA, Rosa Maria Rolim de. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): Entre políticas públicas e investimentos privados**. Porto Alegre, 2006. 248 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Porto Alegre: 2006.
- ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em porto alegre durante o pós-abolição (1884-1918)**. Tese de Doutorado (História Social). Campinas: UNICAMP, 2014.
- OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil**. EDUFBA, 2009.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no Pós-abolição (1870-1960)**. 2017. 278f. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, Porto Alegre.

Fontes:

Echo do Sul, Rio Grande, 1886 a 1896 (Biblioteca Pública Pelotense).